



O passado seis e sete de Julho umha delegaçom de seis Ministérios do Governo de Rajoy comparecia ante o Comité de Direitos Humanos da ONU que estava a examinar a vários Estados sobre o cumprimento do *Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos*. Após analisar os informes que apresentava Espanha, a ONU concluiu há um par de dias qualificar a Espanha com um suspenso em matéria de Direitos Humanos.

As principais críticas que aponta a ONU som a persistência de leis e práticas contrárias aos Direitos Humanos:

**Racismo Policial:** a ONU constata a existência de controlos policiais baseados em perfis raciais e étnicos e solicita a Espanha que retire essa discriminação por parte dos polícias. Assim mesmo indica que deverá levar ante os tribunais a quem continue a agir com essa prática racista.

**Maus tratos:** O informe recolhe que em Espanha os agentes do Estado empregam “em excesso a força e maus tratos”. Ademais insta a deixar de indultar a polícias que fôrom condenados por torturas e exige a eliminação da tortura, “estabelecer órgãos independentes, assegurar a imparcialidade das/os forenses e proibir os indultos a torturadores”. Igualmente critica que as detençoms e interrogatórios nom sejam gravados.

**Isolamento de detidas/os:** A ONU solicita que se elimine a detençom incomunicada na sua totalidade.

**Lei de Amistia do 1977:** O informe exorta a derogar a Lei de Amistia na que se refugiam muitas das pessoas que fôrom cúmplices dos crimes do franquismo. Ademais pede que seja o Estado quem se faga cargo de devolver às suas famílias os corpos das/os assassinadas/os durante o franquismo e que ainda estão em fossas comuns.

**Lei Mordaça:** A ONU mostra a sua preocupação por esta lei já que coarta a Liberdade de Expressão e Manifestação. Do mesmo jeito está alertada sobre o “uso excessivo de sanções” e a proibição de gravar a polícias.

O informe recolhe outras questões mais referentes à pouca proteção que têm as mulheres vítimas de violência machista, a prática de esterilizações forçadas a pessoas com algum tipo de incapacidade, as diferenças de representação pelo seu género assim como o trato que se lhe dá às pessoas imigrantes. Igualmente a ONU opõe-se à Lei do Aborto aprovada desde Madrid há uns dias.

Este é o enésimo toque de atenção que organizações internacionais dão a Espanha respeito ao âmbito dos Direitos Humanos. O informe faz-se eco de muitas das situações das que cada dia faz-nos lidar o Governo de Madrid em matéria repressiva mas estas organizações internacionais pelo momento tampouco se mostram dispostas a dar uma volta de porca mais e passar dos meros informes à ação. Quizá o mais significativo do documento emitido pela ONU seja o reconhecimento expresso da nula separação entre os três poderes que até o dia de hoje permitem indultar a torturadores e encarcerar por questões políticas.